Março de 1927, £ 20.133:589, ao câmbio par», 90:601.150\$50.

Art. 2.º Pela 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública será passada, com as devidas formalidades, uma autorização de pagamento da aludida quantia de 90:601.150\$50, correspondente a £ 20.133:589, ao câmbio par, a favor da Direcção Geral da Fazenda Pública, a fim de se representar a competente operação de escrita, de harmonia com o disposto no artigo 1.º do presente decreto.

Art. 3.º É aberto no Ministério das Finanças e a seu favor um crédito da importância de 11:875.000\$, correspondente a £ 125:000, ao câmbio de 95\$, a adicionar à soma de 11:843.750\$ inscrita no orçamento da despesa do referido Ministério, aprovado para o corrente ano económico pelo decreto n.º 12:974, de 5 de Janeiro de 1927, no capítulo 1.º, artigo 11.º, sob a rubrica «Diversos encargos da dívida pública», sub-rubrica «Dívida de guerra de Portugal à Inglaterra».

§ 1.º A referida soma de 11:875.000\$ será inscrita sob uma nova sub-rubrica assim redigida: «Dívida de guerra de Portugal à Grã-Bretanha, primeira prestação da anuidade de 1927 (2.ª)».

§ 2.º É modificada a sub-rubrica criada pelo decreto n.º 12:974, ficando assim redigida: «Dívida de guerra de Portugal à Grã-Bretanha, prestação de 1926 (1.ª)».

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Março de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Conselho Superior de Finanças

Decreto n.º 13:257

Considerando que os serviços a cargo da Secretaria Geral do Conselho Superior de Finanças se encontram em atraso em virtude de falta de pessoal, cujo quadro se acha incompleto, resultando assim a acumulação dos serviços a cargo das repartições que constituem a mesma Secretaria Geral, pela entrada sempre crescente de ano para ano de diplomas de nomeações, transferências e promoções, contratos e contas dos responsáveis para com a Fazenda Nacional;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São autorizados trabalhos extraordinários a efectuar desde 2 do corrente a 30 de Junho próximo futuro pelos funcionários da Secretaria Geral do Conselho Superior de Finanças.

Art. 2.º Os trabalhos a que se refere o artigo anterior serão remunerados com o vencimento diário de cate-

ria, exercício e respectivas melhorias, à razão de três horas de serviço além das regulamentares.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Março de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Intendência do Pessoal

Decreto n.º 13:258

Havendo necessidade de prover o lugar de encarregado das operações do Hospital da Marinha, cujo concurso ficou deserto apesar do convite aos capitães-tenentes e primeiros tenentes médicos navais;

Considerando que o referido lugar só pode ser provido por nomeação quando o nomeado reúna as necessárias aptidões e técnica especiais, nem sempre fáceis de encontrar;

Atendendo a que fora destas condições se deve contratar um cirurgião escolhido entre os profissionais já consagrados, e entre estes, havendo-os, os que conheçam as leis e regulamentos militares;

Convindo também estipular os vencimentos do contratado; e

Convindo ainda estabelecer o prazo por que essa nomeação ou contrato terá validade:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Direcção do Hospital da Marinha contrate um médico-cirurgião, conhecido como hábil cirurgião e que, sendo possível, tenha prática e conhecimentos dos serviços e regulamentos militares navais.

Art. 2.º Que os vencimentos do cirurgião contratado sejam os de um primeiro tenente médico encarregado de operações.

Art. 3.º Que este contrato seja efectuado pelo período mínimo de um ano, podendo ser prorrogado.

Art. 4.º Este contrato, para ser rescindido, deve esta rescisão ser notificada por qualquer das partes contratantes à outra com a antecedência de três meses.

Art. 5.º O pagamento é efectuado a contar de 26 de Janeiro último pelo capítulo 2.º, artigo 13.º, da Tabela Orçamental da Despesa, do ano económico corrente.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle contém.